

Antônio Vieira: a história e o futuro

Maria Lêda Oliveira*

Ressaltava Antônio Vieira, no século da grande crise¹, que nenhuma outra informação se ajustava mais ao apetite da natureza humana *que a notícia dos tempos e sucessos futuros*, e isso era, de resto, o que ele passava a oferecer *a Portugal, à Europa e ao Mundo*, com o seu *palácio altíssimo* intitulado *História do Futuro, Esperanças de Portugal & Quinto Império do Mundo*². Embora esclarecesse, à partida, o inerente desejo humano de conhecer o devir, aproveitou os parágrafos seguintes para desfazer possíveis associações do seu escrito ao espaço diretamente relacionado à *ciência dos futuros*, já que Deus, *fonte de toda a sabedoria*, a havia reservado *para si, como regalia própria da divindade*³. É certo que, diferente dos antigos historiadores a exemplo de Beroso, Xenofonte, Heródoto ou Tucídides ou ainda dos demais escritores portugueses modernos, que *escreveram histórias do passado para os futuros*, ele estava a escrever a *História do futuro para os presentes*⁴. Para os olhos da atualidade, Vieira terá construído, com essa obra, um dos pilares que sustentava a sua visão profética para o Império português⁵. É possível, por outro lado, que para o engenho dos homens do

* Professora de História Moderna da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de História da Cultura, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Trata-se do século XVII, como se sabe.

² Cf. Antônio Vieira, *Livro antepreimeiro da História do Futuro*, edição crítica de Jose van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, capítulo primeiro, p. 21. Para as citações da *História* será utilizada essa edição, que daqui para frente passará a ser referida apenas Vieira, *História* capítulo e página.

³ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 21.

⁴ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 23.

⁵ O *corpo textual* da obra de Vieira que daria sentido a sua “visão profética”, segundo os estudiosos sobre o tema, estaria centrado, de modo específico, no escrito *Esperanças de felicidades a Portugal* (carta remetida ao bispo do Japão, André Fernandes, em abril de 1659), na *História do Futuro* (c.1649-1664, escrita em português e inacabada) e no escrito *Chave dos profetas* (c. 1681-1697, igualmente inacabada, mas totalmente escrita em latim). Seguem-se as referências das edições dessas obras aqui utilizadas, à exceção da *História* já acima indicada: “Carta LXXXIII, ao padre André Fernandes, 1659, Abril 29” in *Cartas*, Antônio Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, vol I, reimpressão da edição de 1970, Lisboa, INCM, 1997, pp. 468-525; Antônio Vieira, *Clavis prophetarum*, Livro III, edição bilingue, 1ª ed., ed. crítica, fixação do texto, trad., notas e

seu século ele estivesse, como era de seu feitio, a ser ousado ao empreender um projeto político para a cristandade, pautado por regras típicas do seu tempo, mas utilizando-as de maneira absolutamente arrojadas. E, por ter disso consciência, Vieira definiu com maestria o campo a ser explorado e a metodologia utilizada no escrito de objeto tão inaudito. Foi aliás, exatamente por essa agudeza de engenho, que o jesuíta conseguiu distinguir-se, consubstanciando-se no ícone do seu século e immortalizando-se nos idos dos tempos futuros. Como moderno, armou-se de futurasções⁶ arquitetadas pelo gênero histórico e tentou redimir o devir político de um Império então em ruínas e de uma cristandade esmigalhada no tempo. Era nisso, afinal, que residia o objetivo central do palácio por ele erguido⁷.

glossário de Arnaldo do Espírito Santo, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000. De maneira geral, os estudiosos acordam sobre o teor “profético” do corpo textual vieirino, mesmo quando se analisa o conjunto dos seus sermões. Há uma bibliografia extremamente abundante sobre Vieira e o caráter espiritual do conjunto de sua obra, normalmente com ênfase no profetismo, milenarismo, joaquimismo, sebastianismo, ou joanismo (um dos primeiros trabalhos mais estruturado sobre essa vertente é, como se sabe, o de Raymond Cantel, *Prophetisme et messianisme dans l'oeuvre d'Antoine Vieira*, Paris, Edições Hispano-Americana, 1960; sem falar nas dezenas de trabalhos, de autores diversos, que foram publicados posteriormente, quer na Europa, quer no Brasil). Não discordo dessas interpretações, até porque há efetivamente um projeto vieirino baseado em acepções místicas. Alcir Pécora, a partir da análise da retórica, já havia identificado a sua dimensão política, denominando-a de unidade *teológico-retórico-político* (cf. Alcir Pécora, *O teatro do sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*, São Paulo, Edusp, 1994). Veja-se, também, em relação ao pensamento político de Vieira o estudo de Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, sobre a passagem da ideia de cruzada, ainda expressa no período manuelino, para o de Paz Universal, à época da Restauração, em Vieira (cf. “Da cruzada ao Quinto Império”, in *A Memória da Nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-164). Minha intenção foi, contudo, chamar atenção para a importância do gênero literário escolhido por Vieira para arquitetar a sua mais importante conjectura sobre o seu tempo, assim como a base mais concreta na qual ele constrói o seu projeto político, relacionando-o ao conjunto de tratados voltados à Arte da História, estudo que estava, de modo bem específico, ainda por se fazer. É evidente que tenho consciência do muito, ainda, que ficou por referir, mas a ideia é lançar a nota. Espero, se a dádiva macunaimessa a mim não se achegar, levar adiante tal empreitada. Aproveito o espaço e peço desculpas aos estudiosos sobre Vieira por não verem os seus trabalhos aqui mencionados, com os comentários pertinentes e os créditos das análises, de cada um, devidamente sublinhados. Nisso também espero me redimir em um estudo mais completo sobre o tema.

⁶ Embora sem analisar o pensamento de Vieira a partir do gênero histórico por ele escolhido para dar escopo ao seu projeto futurante, José Esteves Pereira salienta, com bastante razão, que a *futuração de Vieira (...) deve ser compreendida (...) no sentido da perfectibilidade cristã colectiva atuante (...) propenso a uma construção distanciadamente utópica*. Veja-se, sobretudo, a nota 17, na qual ressalta que essa noção encontrada no discurso vieirino *ganha ainda redobrada compreensão e sentido se, em leitura não utópica, mas antes de idealismo de ideias (que não de ideias), for vinculada a uma persistência cultural hispânica* (cf. J. Esteves Pereira, “O sol e a lua. Desígnios políticos de Vieira” in *Percursos de História das Ideias*, Lisboa, INCM, 2004, pp. 125-132, p. 131, negritos meus).

⁷ Vieira, ao se referir aos escritos do Quinto Império, dizia que os mesmos eram “palácios altíssimos” em contrapartida aos seus sermões tidos como “choupanas”, embora não tivesse concluído as suas duas principais e tão acarinhadas obras (*Chave dos profetas* e a *História do Futuro*). Penso que o autor esteve muito consciente de as intitular como palácios, uma vez que, por um lado, com a *História*, empreendeu a discussão do seu projeto a partir de um gênero que alcançara extrema dignidade no

Parece não ter sido por acaso a escolha do gênero histórico como corpo próprio a ser preenchido do verbo da esperança. No *Livro anteprimeiro*, o único que conseguira escrever dentre o conjunto pensado, Vieira remeteu o leitor à trindade que fundamentava a ordem da *História*, quer dizer a sua *matéria*, a sua *verdade* e as suas *utilidades*, definindo a forma e a substância do escrito. Vieira, filho do seu tempo, resolveu compartilhar com ele ele, tempo, a sua sabedoria, aderindo publicamente à disciplina, que na Época Barroca, tornara-se a cabeça da filosofia civil, ou como salientava Agostino Mascardi, em sua *Dell'Arte Historica* (Roma, 1636), a História tornou-se *Metropoli di tutta la filosofia ciuile*⁸. A importância da História esteve, no mais, ligada à autonomização da política, ocorrida no século precedente pelas mãos do conhecido Maquiavel, devido ao teor exemplar nela existente. Note-se, com isso, que a disciplina ganhou nobreza porque à política e ao poder se associava. Como referiu um outro tratadista dos livros históricos, bastante conhecido em Portugal, o espanhol Luis Cabrera de Cordoba, na sua *De historia para entenderla y escribirla* (1611):

Vno de los medios mas importantes para alcançar la prudencia tan necessaria al Principe en el arte del Reynar, es el conocimiento de las historias. Dã noticias de las cosas hechas, por quien se ordena las venidas, y assi para las consultas son vtilissimas. El que mira la historia de los antiguos tiempos atentamente, y los que enseñan guarda; tiene luz para las cosas futuras.

Ou como dizia, anos depois, Pedro Moyne, na sua *Arte de Historia* (1676), *la Historia era la Philosophia de los Principes, su Governadora, y*

séculos XVII, sobretudo por sua íntima relação com a política, o poder, ou como ressaltava Maravall a *aceptación de la Historia por nuestros escritores politicos del siglo XVII es tal, que casi en su totalidad, mientras los de la centuria anterior fueron teólogos y juristas, éstos son historiadores* (José Antonio Maravall, *Teoría del Estado en España en el siglo XVII*, 2ª ed., Madri, CEC, 1997, p. 68); por outro, na *Chave dos profetas*, Vieira executa uma exegese, consubstanciando-se num Hermes moderno e exegeta do seu tempo, para alcançar, com prudência, como mandava a regra do período, os devidos prognósticos racionais acerca da plausibilidade da concretização do Quinto Império Mundano, a ser comandado imperialmente pela coroa portuguesa. Em ambos os escritos têm-se, portanto, uma viga mestra a sustentar as suas ideias. Dir-se-ia que o autor se ergue intelectualmente no campo do método, cuja alma assentava-se na racionalidade. Átomos importantes no pensamento que se ia disseminando pela Europa seiscentista, a exemplo de Descartes, de Bacon, Locke, só para citar alguns dos grandes nomes do período.

⁸ Cf. Agostino Mascardi, *Dell'Arte Historica*, [Roma, 1636], p. 289. Essa obra teve larga repercussão entre os letrados contra-reformistas e, em específico, em Portugal (cf. Maria Lêda Oliveira, *A Historia do Brasil de frei Vicente do Salvador. História e política no Império português do século XVII*, São Paulo/Rio de Janeiro, Odebrecht/Versal Editora, 2008, veja-se particularmente o capítulo 2).

⁹ Cf. Luis Cabrera de Cordoba, *De historia para entenderla y escribirla*, Madri, Luis Sanchez, 1611, fl. 1.

*Consejera*¹⁰, assertiva já observada pelo italiano João Botero, na sua *Da Razão de Estado* (1589)¹¹, assim como pelos demais autores de tratados políticos¹². Foi, aliás, a partir de tal consciência em relação ao relevante papel da disciplina histórica, como manual básico para as práticas da governação, que se procedeu a sua autonomização no século XVII, como se pode verificar pelos tratados a si relacionados, conferindo-lhe às regras necessárias para a sua fundamentação como metrópole de toda a filosofia civil¹³. Para o italiano, João Botero, que teve extrema projeção no meio letrado português, e tendo o Vieira amplamente se aproveitado de seu pensamento, principalmente no campo da política e da economia¹⁴, não havia *coisa mais necessária para dar perfeição à Prudência e para o bom governo da República do que a experiência* [História], *mãe da supracitada virtude* e, sobretudo, porque nas Histórias se *descortinam os princípios, os meios e os fins, e as razões do crescimento e da ruína dos Estados*¹⁵. Como posteriormente, também será sustentado por Agostino Mascardi, ao ressaltar:

chi disse l'istoria essere il vero libro dei Principe parlò da prudente, e s'appose; perche nè più ageuolmente, nè com istudio più proprio s'adottrinano i Principi, che nell'istoria. Le continue sollecitudini del principato non lasciano luogo alle speculationi morali, ò politiche; sottentra con la dottrina dell'esempio l'istoria, E in breue hora guernisce l'animo del regnante dei suoi più veri ornamenti. Niuno dunque corra à riprenderci, se la politica nel corpo dell'istoria argomentiamo di riconoscere nel seguente

trattato

¹⁰ Cf. Pedro Moyne, *Arte de Historia*, traduzida do francês para o castelhano pelo padre Francisco Garcia, Madri, Imprensa Imperial, 1676, p. 34.

¹¹ Cf. João Botero, *Da Razão de Estado*, coord. e introd. Luís Reis Torgal, trad. Raffaella Longobardi Ralha, Coimbra, INIC/CHSC da Universidade de Coimbra, 1992.

¹² Sobre a razão de estado e os estudos referentes à política, principalmente de caráter contra-reformista, veja-se, entre outros: Martim de Albuquerque, “Para uma teoria política do Barroco em Portugal. A *summa* política de Sebastião César de Meneses (1649-1650)”, in *Revista de História*, separata, vol. II, Centro de História da Universidade do Porto, 1979; José Antonio Maravall, “Maquiavelo y maquiavelismo en España”, in *Estudios de Historia del pensamiento español. El siglo del Barroco*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999, pp. 39-98; Vergílio Taborda, *Maquiavel e antimaquiavel*, Coimbra, 1939; Luís Reis Torgal, *Ideologia e teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

¹³ Ideia que defendo, e minimamente estudada, no meu trabalho citado anteriormente, como se poderá verificar.

¹⁴ Veja-se o estudo de José Calvet de Magalhães, *História do pensamento económico em Portugal, da Idade Média ao Mercantilismo*, Coimbra, 1967, em específico as pp. 144-258.

¹⁵ Cf. João Botero, *Da Razão de Estado...* ob. cit., pp. 39-40.

¹⁶ Cf. Agostino Mascardi, *Dell'Arte...* ob. cit. pp. 244-245.

Foi, a partir dessa íntima relação entre a História e Política, que se definiu nos tratados da disciplina as técnicas a serem usadas por seus artífices. Para ser um bom artesão da História era, antes de mais, necessário ser perito nas matérias de Estado e Guerra, quer dizer conhecer com profundidade os assuntos que definiam a governação, uma vez que as Histórias estavam direcionadas ao exercício do poder. Daí a crítica feita por Agostino Mascardi aos que, sabendo no máximo escrever para fazer anotações nos livros de contas, afrontavam *temerariamente l'istoria, senza guernirsi prima di litteratura, e di perita delle materie di stato, e di guerra*¹⁷. A Antônio Vieira não passou incógnito, como é possível perceber, o conjunto das discussões levantadas em torno da Arte da História, não apenas em relação à importância do gênero, mas sobretudo no que diz respeito a quem de direito estava direcionada o edifício erguido na disciplina. Disso resulta, inclusive, a dimensão utilitária das obras históricas para o período. Não foi, portanto, por mero descuido, ou mesmo por simples prazer retórico, o fato de Vieira ter estruturado a ante-sala da *História*, o *Livro anteprimeiro*, a partir das três bases que fundamentavam a opção pelo gênero, a *matéria*, a *verdade* e as *utilidades*. Com isso pretendeu, ao que tudo faz crer, demonstrar os motivos que o levaram à escolha do gênero, assim como forma de se defender publicamente do arrojado empreendimento político, revertendo o lugar das experiências, que do passado transmudou-se para o futuro. Ao substantivo feminino, *História*, acrescentou um substantivo masculino, *Futuro*, casando-os condignamente, e sem com isso escapular do uso dos principais elementos da argamassa que assegurava a solidez do edifício construído. O casal, História e Futuro, não era, como se verá mais adiante, um par incongruente para a Época Barroca.

Forma e substância não significavam ornamentos, uniam-se construindo os núcleos centrais, em torno dos quais gravitavam as reflexões doutrinárias do projeto de Vieira. Escolheu como gênero a História porque nela encontrou a fértil terra para plantar a semente que daria corpo ao Quinto Império, mundano por natureza, político pela boa razão e espiritual pelo princípio a ele inerente. Segundo ele, Vieira, o seu escrito não era fundamentado *em metáforas, disfarçado em figuras, escurecido em enigmas, e contado (ou cantado) em frases próprias do espírito e estilo profético*¹⁸. Esclareceu, com isso,

¹⁷ Cf. Agostino Mascardi, *Dell'Arte...* ob. cit., pp. 45-46.

¹⁸ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 25.

que de profecia não se tratava a sua *História*, assim como a ele não se adequava a designação de profeta, porque de revelação nada possuía o assunto a ser exposto na sua obra. Estranho seria, entretanto, acreditar que um homem, cuja formação esteve diretamente ligada aos assuntos da política, pudesse ter costurado uma vestimenta que a ele não lhe caísse com perfeição. Afinal, os *profetas não chamam histórias às profecias, porque não guardam nelas estilo nem leis de história: não distinguem os tempos, não assinalam os lugares, não individuam as pessoas, não seguem a ordem dos casos e sucessos*, tudo bem diferente do que o leitor iria, por sua vez, encontrar nas páginas seguintes da *História*. E isso, segundo o autor:

*porque nós, em tudo o que escrevermos, determinamos observar religiosa e pontualmente **todas as leis da história**, seguindo em estilo claro e que todos possam perceber, a ordem e sucessão das cousas, não nua e secamente, senão vestidas e acompanhadas de suas circunstâncias; e porque havemos de distinguir tempo e anos, sinalar províncias e cidades, nomear nações e ainda pessoas (quanto o sofrer a matéria), por isso, sem ambição nem injúria de ambos os nomes, chamamos a esta narração “história”, e História do*

¹⁹
Futuro.

Antônio Vieira coloca-se, dessa maneira, no papel de historiador e não de profeta, compartilhando com outros letrados do seu tempo a dimensão gnoseológica e hermenêutica existentes na *História*, e não só a do *opus oratorium maxime*. Sentiu-se, com isso, à vontade para empreender o trabalho à Hermes, agregado ao seu papel de exegeta das fontes da sua *História*, em particular das ligadas às profecias²⁰. O gênero escolhido serviu, com isso, para dar solidez ao terreno interpretativo²¹, assim como para dignificar o seu próprio projeto, já que o gênero havia adquirido o sentido de guia e manual prático de Príncipes, Reis e Imperadores²². Note-se, igualmente, que a escolha de uma *História* para fundamentar suas interpretações também se associa à importância

¹⁹ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 24, negritos meus. Também para a citação final do parágrafo antecedente.

²⁰ Como voltará a referir, ao tratar da primeira utilidade da *História*, referindo que *os futuros protentosos do mundo e Portugal, de que há-de tratar a nossa história, muitos anos há que estão sonhados, como os de Faraó, e escritos, como os de Baltasar; mas não houve até agora nem Joseph que interpretasse os sonhos, nem Daniel que construísse as escrituras; e isto é o que eu começo a fazer* (cf. Vieira, *História*, cap. 4, p. 41).

²¹ Esse papel já se pode verificar na Carta ao bispo do Japão, aquando analisa as profecias de Bandarra. Parece-me não se poder desconsiderar o gênero usado posteriormente por Vieira para aprofundar a sua especulação doutrinal e exegeta, como mencionei em nota anterior.

²² Vieira fará a relação entre o gênero histórico e a governação quando abre o capítulo 4, sobre a utilidade da *História* (Cf. Vieira, *História*, cap. 4, p. 39), embora também refira a sua utilidade ao bem particular de todos os homens.

do tempo futuro como a temporalidade mais relevante a ser largamente explorada nas obras históricas²³. De qualquer forma, para ele havia a plausibilidade, mediante a ponderação das circunstâncias históricas, de vir a concretizar-se um novo Império, com o término do Romano e o início de um outro denominado Português, cujo objetivo residia em voltar a reunir toda a Cristandade em um único corpo, desfeito com a tomada de

Constantinopla por Maomé II, em 1453²⁴, e com as dissidências reformistas ocorridas na centúria seguinte. Como homem da cristandade, ele, assim como os demais que se encontravam envolvidos no campo das doutrinas, possivelmente via Lutero como a figuração do próprio Anticristo²⁵, associado ao declínio pujante do papel do imperador do sacro-império, após o fim da governação de Carlos V. Ou, como o próprio ressaltava, que bem sabia *que o Império da Alemanha (envelhecidas relíquias e quase acabadas do Romano) em muitos textos de um e outro direito se chama: “Império do Mundo”, mas também se sabe que os textos podem dar títulos, mas não impérios*²⁶. Logo, os tempos de mudanças estavam sendo anunciados, mas diferente dos que criam no advento de uma terceira Idade, como sucessora dessa crise, Vieira acreditava que tais indícios representavam a mudança de orientação imperial. Para ele haveria um deslocamento de

²³ Veja-se o meu estudo sobre as marcas da historiografia Barroca, como já referi anteriormente.

²⁴ Faço tal especulação a partir, inclusive, da importância que Vieira atribui a Constantinopla, como representação simbólica da cristandade e do Império do mundo, assim como ícone da união da cristandade do Oriente e do Ocidente. Na exegese das profecias de Bandarra, Vieira diz *que, entregue o Turco, se repartirão as suas terras entre os príncipes cristãos que forem a esta guerra, e que a El-Rei caberá Constantinopla*. Seria, inclusive, esta vitória que levaria d. João IV à coroação e consagração como Imperador, ou como ele próprio ressaltava *será eleito imperador, com eleição justa e não subornada* (cf. *Carta*, pp.488-489 e 490, veja-se também a p. 491).

²⁵ Fui eu a trazer essa possível percepção para os olhos de Vieira, embora ele associasse o seu tempo com o tempo descrito por São João, no Apocalipse (cf. Vieira, *História*, cap. 5, p. 52.). Mas sobre a associação entre Lutero e o Anticristo para a cristandade, nesse período, veja-se o que diz R. Koselleck no seu estudo sobre o Futuro Passado, em específico à p. 24.; note-se que neste estudo, principalmente no primeiro capítulo, o autor analisa a forma como se deu, durante a Época Moderna, a distinção entre a expectativa do futuro a partir de uma visão profética para expectativa do futuro baseada nos prognósticos racionais, e claro ligada ao mundo da racionalidade política. Para Koselleck essa mudança de percepção em relação ao futuro vai efetivamente estabelecer o início de uma filosofia da História (cf. Reinhart Koselleck, *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. Wilma P. Maas e Carlos Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC, 2006). Saliente-se, no entanto, que Koselleck não chama a atenção para a importância dos tratados históricos nessa transformação da expectativa do futuro, como eu tento, de resto, demonstrar.

²⁶ Cf. Vieira, *História*, cap. 3, p. 35. Segundo Vieira, ele iria tratar sobre os fundamentos desses direitos em relação à titulação de “Império do Mundo”, mas como se sabe a obra ficou inacabada.

eixo, com a ascensão de um novo imperador e, conseqüentemente, da fundação de um novo Império. Novo na acepção mais lata da designação, quer em relação à geografia encerrada neste Quinto Império, quer na representação genealógica do imperador, que nenhum vínculo direto teria com a casa de Áustria²⁷. Novo era, igualmente, quando relacionado às conclusões retiradas a partir da aritmética sagrada, tão conhecida para um teólogo da envergadura de Vieira.

Talvez por isso não lhe tenha escapado a estruturação da sua obra, e conseqüentemente do seu projeto, a partir de tal compasso. A *História*, segundo ele, seria composta de sete partes, ou livros²⁸, como se dos sete dons do Espírito Santo se tratasse. Mas a associação não se finda por aí, pelo contrário aliás, uma vez que a extrema novidade do Império a nascer também se ligava à representação simbólica das partes geográficas. Pedindo emprestado sua assertiva a Ortélio, referendava que o mundo conhecido pelos

*antigos, se dividia em três partes: África, Europa, Ásia; depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte; espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos Austral; continuando pelas relações aritméticas da geografia do mundo com o Império vindouro, e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um mundo inteiro*²⁹

Para Vieira estava clara a sacralidade dessa representação aritmética do mundo, seguindo o que versava nas Escrituras, *Tudo fizeste com medida, número e peso* (Sabedoria, 11, 20), nada afinal escapou aos cinco dedos da mão do Criador. Assim como estava latente o papel central que caberia a Portugal nesse novo Quinto Império do Mundo, uma vez que nascera sob o signo da Cruz, símbolo e representação da Nova Aliança. Consciente disso proclamou, sem pudores, a nota sobre o povo escolhido para os novos tempos:

²⁷ Vieira chega à conclusão da ressurreição de d. João IV, que viria a ser o futuro Imperador do Quinto Império, a partir da exegese em relação aos dados ofertados por Bandarra. D. João IV ajustava-se, ao referido na profecia, justamente *porque El-Rei D. João não é descendente da casa de Áustria*, embora fosse, é certo, *primo e parente de reis* da Europa, mas também não era *filho de reis*, apesar de *descendente dos maiores reis de Levante e Poente*, ou seja de Portugal, Castela e Aragão (cf. *Carta*, pp. 500-501). Note-se o completo deslocamento quer geográfico, quer da relação linhagística direta da nobreza que daria nome ao futuro Imperador da Cristandade.

²⁸ Cf. Vieira, *História*, cap. 3, p. 33.

²⁹ Cf. Vieira, *História*, cap. 3, p. 35, negritos meus. No capítulo 4, primeira utilidade, Vieira voltará a dar ênfase à aritmética sagrada ao referir os tempos e estados do reino português, ligando-os à trindade: *em todas estas três diferenças de tempos e estados lhe revelou sempre Deus e mandou interpretar primeiro os favores e as mercês tão notáveis com que o determinava enobrecer: na primeira, fazendo-o; na segunda, restituindo-o; na terceira, sublimando-o* (p. 41).

perguntar-me-á, porventura, alguma emulação estrangeira (que às naturais não respondo): se o Império esperado (como se diz no mesmo título) é do mundo, as esperanças porque não serão também do mundo, senão só de Portugal? A razão (perdoe o mesmo mundo) é esta: porque a melhor parte dos venturosos futuros que se esperam e a mais gloriosa deles será não somente própria da nação portuguesa, senão única e singularmente sua. Portugal será o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e fim destas maravilhas, e os instrumentos prodigiosos delas os Portugueses.

Note-se, como mais um ingrediente a sustentar o teor da novidade, que o Quinto Império seria distinto dos seus predecessores, pois o substantivo que o complementa, *mundo*, no título colocado, não era uma hipérbole nem sinédoque, como aliás afirmava, pois o *mundo de que falo é o mundo*, quer dizer *o mundo que Deus criou, o mundo que o não conheceu, e o mundo que o há-de conhecer*³¹. Uniu a sacralidade do espaço com a sua dimensão territorial, que por antonomásia universal, posto que tudo *o que abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, tudo o que cobre e rodeia o céu* estaria sujeito ao Quinto Império, *não por nome ou título fantástico, mas por domínio e sujeição verdadeira*. Pensou, com tal projeto político, redimir os descaminhos da cristandade e, em particular, os infortúnios do povo lusitano, atores centrais desse novo Império. Nessa nova idade mundana da cristandade, segundo Vieira, *todos os reinos se unirão em um ceptro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema Cabeça, todas as coroas se rematarão em uma só diadema, e esta será a peanha da Cruz de Cristo*³², e no mundo passaria, então, a reinar a Paz Universal.

Note-se que todas as ilações concebidas, quer a partir do teor exemplar do passado lusitano, quer a partir do seu sentido ontológico e teleológico, dão-lhes condições de inferir racionalmente a futuração do Quinto Império, centrado na figura de um monarca português. Vieira não se põe, dessa forma, como um profeta, iluminado pela revelação divina. Ao sapateiro de Trancoso, o conhecido Bandarra, coube a iluminação de Deus. Ao Vieira recaiu o trabalho de perscrutar, interpretar e trazer ao entendimento geral os desejos do Absoluto para o devir da cristandade. Os dons concedidos a Vieira, segundo a especulação do próprio, seria do ponto de vista da

³⁰ Cf. Vieira, *História*, cap. 2, p. 30.

³¹ Cf. Vieira, *História*, cap. 3, p. 35. A primeira parte da frase, Vieira cita São João, complementando-a com a sua própria alcunha.

³² Cf. Vieira, *História*, cap. 3, pp. 35-36

agudeza racional a ele ofertada por vontade divina³³, a mesma que concedera a Descartes a prova insofismável para o estabelecimento de um método único para as ciências mundanas. A consciência de Vieira quanto ao seu papel como letrado pode ser, ademais, verificado nas digressões feitas acerca do conhecimento adquirido pelos modernos, fruto da razão e, logo, da técnica, a exemplo dos homens ligados à arte de marear³⁴. É evidente, inclusive, que a perscrutação de Vieira em relação à centralidade portuguesa no estabelecimento do Quinto Império partiu da relação do exemplo histórico português ligado aos descobrimentos das novas terras³⁵. Dir-se-ia que para Vieira os fatos passados já denunciavam o papel de vanguarda que caberia a Portugal cumprir num futuro. Futuro este muito mais importante que os *ditos tempos* das descobertas, diga-se de passagem, ou como ele preferia em *nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo: maior Gama, maior Cabo, maior Esperança, maior Império*³⁶. O Quinto Império era do Mundo, mas as esperanças destinavam-se aos portugueses, que deveriam, por isso, voltar-se ao Futuro. E, para os assegurar na esperança, Vieira explicou a significação do tempo:

O tempo (como o mundo) tem dous hemisférios: um superior e visível, que é o passado; outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este

³³ Como ele se refere no final da introdução ao capítulo 4, sobre a utilidade da História, ao dizer, entre outras reflexões, e entendendo que foram vontade, inspiração e ainda força suave da mesma Providência os impulsos que a isto (nem sem alguma violência) nos levaram, **para que estes segredos do seu oculto juízo e conselho se descobrissem e publicassem ao mundo** (p. 40, negritos meus).

³⁴ Ou como o próprio Vieira referendou, assim como havia acontecido no que tocava aos avanços na exegese das Sagradas Escrituras, também as outras ciências e artes haviam sofrido transformações, uma vez que *em seus princípios e rudimentos foram imperfeitas, e com os anos, experiência e exercício se vêem hoje subidas a tão eminente perfeição, como a náutica, a bélica, a música, a arquitectura, a geografia, a hidrografia e todas as matemáticas e, muito em particular, a cronologia; (...) De sorte que vai crescendo a inteligência, a ciência e a sabedoria pelos mesmos graus do tempo em que vão crescendo e passando os anos, os séculos e as idades*; e para ser mais incisivo em relação aos avanços feitos por portugueses, ressaltou que *chegaram os Portugueses com a espada onde Santo Agostinho não chegou com o entendimento* (cf. *História*, cap. 12, primeira razão, p. 129 e 131, segunda razão, p. 134, negritos meus). Não precisava, de resto, ser mais explícito.

³⁵ Como se faz, igualmente, a partir do sentido ontológico inerente ao povo por Deus escolhido. Daí fazer as digressões necessárias acerca do nascimento do reino, com Afonso Henriques, e o milagre ocorrido na batalha de Ourique, mito fundador, como se sabe, do destino pré-concebido por Deus aos lusitanos (sobre o mito veja-se, sobretudo, Luís Filipe Lindley Cintra, “Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”. Lisboa, separata da *Miscelânea de Estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, 1957; Ana Isabel Buescu, “A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)”, in *Mémoria e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 11-28).

³⁶ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 30.

ponto tomo seu princípio a nossa história, a qual nos irá descobrindo as novas regiões e os novos habitantes deste segundo hemisfério do tempo, que são os Antípodas do futuro

Para ser mais incisivo na união entre Futuro e História assinalou, em seguida, que:

*Aqueles historiadores que nomeámos (e foram os mais celebrados do mundo), escreveram os impérios, as repúblicas, as leis, os conselhos, as resoluções, as conquistas, as batalhas (...) Nós também **havemos de falar de reinos e de impérios, de exércitos e vitórias, de ruínas de umas nações e exaltação de outras**; mas de impérios ainda não fundados, senão que se hão-de fundar; de vitórias não já vencidas, senão que se hão-de vencer; de nações não já domadas e rendidas, senão que se hão-de render e domar*

Uma das partes integrantes do discurso da História, segundo os tratadistas da Arte do período, era o *prognóstico*, o qual remetia automaticamente para a dimensão da temporalidade futura. Os livros históricos na Época Barroca adquiriram a componente de intervenção direta no devir, tornando-se instrumentos utilitários da política, construídas a partir da racionalidade, fundamentada na especulação em relação às matérias de Estado e de Guerra. Note-se, com isso, a argúcia de engenho do padre Antônio Vieira, que com certeza estava inteirado sobre as principais marcas e regras definidoras do gênero. Como ele mesmo referiu, *o maior serviço que pode fazer um vassalo ao rei, é revelar-lhe os futuros*³⁷, faltou apenas complementar seguidamente que dos futuros políticos se tratava esse grande serviço prestado pelo súdito.

Em 1611, Cabrera de Cordoba, com certeza lido por Vieira, definiu exemplarmente o significado do prognóstico nos livros históricos, assim como a sua imbricação com a futuração do mundo da política, dizendo que

*Con este discurso se passa al querer preuenir en lo futuro con madura prudencia, argumentando de las cosas del estado presente, y del exemplo de las passadas, lo que seria en lo porvenir. Llamase pronostico, y hazes como digo, distinguendo, y ordeando las cosas, haziendo consideracion de la qualidad, y cantidad dellas, de los defetos que pueden suceder, peores, o mejores, de la necesidad de los tiempos, disposicion de los lugares, de la autoridad de las personas, y otras cosas semejantes, con q' se buelen mas agibles, y se goza de auer anteuido los sucessos. **Este anteuer y prognostico, es presagio, q' sinifica aduinacion, por discurso en las materias de estado, y de la guerra. Puede tenerle el prudente y sabio, por ser acto de prudencia, agudeza de ingenio, que anteue las cosas por venir, aun muy remota.***³⁹

³⁷ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 24, para as duas citações, negritos meus.

³⁸ Cf. Vieira, *História*, cap. 2, p. 27, embora tenha deixado esse dado espalhado ao longo da obra.

³⁹ Cf. Luis Cabrera de Cordoba, *De historia para...* fls. 75-75v., negritos meus.

Compreende-se, observando a sua *História* a partir das regras ao gênero inerentes e ordenadas no alvorecer do século XVII, os motivos que tivera Antônio Vieira para considerar este escrito como sendo um dos mais importantes que empreendera em vida. Nele se encontravam as principais marcas definidoras do mundo barroco peninsular e, conseqüentemente, contra-reformista. Perscrutou racionalmente, fazendo uso da sua capacidade hermenêutica e exegética, como se de um candeeiro se tratasse, para inquirir e encontrar as saídas mais adequadas de recobro da cristandade e da terra que para ele possuía um destino pré-concebido por Deus. Como alternativa à crise e à fragmentação do mundo cristão, Vieira futurou uma *História, para a exaltação da Fé, para triunfo da Igreja, para a glória de Cristo*, que se destinava, sobretudo, à *felicidade universal e paz no mundo*⁴⁰. Cerca de um século depois, Kant erguia o seu projeto de Paz Perpétua. Embora unidos por desejos de uma Paz como alternativa aos desmantelos do mundo terreno, separavam-nos o tempo histórico e, com ele, os alicerces epistemológicos nos quais haviam construído os ideais, não ucrônicos, dos seus respectivos projetos. É que, nesse entretanto, havia sido operada uma profunda ruptura filosófica, passando o Homem a ocupar o lugar antes destinado a Deus.

⁴⁰ Cf. Vieira, *História*, cap. 1, p. 24.